

**GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA
DOS GUARANI E KAIOWÁ:
ASSASSINATOS,
LOCALIDADES E
NECROPOLÍTICA**

*GEOGRAPHY OF VIOLENCE OF
GUARANI AND KAIOWÁ:
ASSASSINATIONS, LOCALITIES
AND NECROPOLITICS*

*GEOGRAFÍA DE LA VIOLENCIA DE
LOS GUARANÍES Y KAIOWÁ:
ASESINATOS, LOCALIDADES Y
NECROPOLÍTICA*

MARCOS MONDARDO

Universidade Federal da Grande
Dourados (UFGD)

E-mail:

marcosmondardo@yahoo.com.br

ROBERTO CHAPARRO LOPES

Universidade Federal da Grande
Dourados (UFGD)

E-mail:

robertochaparro10@hotmail.com

PAMELA STALIANO

Universidade Federal da Grande
Dourados (UFGD)

E-mail: pamelastaliano@ufgd.edu.br

Resumo:

Na geografia da violência contra os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul existe uma necropolítica racista de extermínio e instrumentalização da vida, administrada pelo aparato estatal, fazendeiros e milícias. O objetivo principal deste texto é fazer uma análise da geografia da violência por meio dos assassinatos dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, a partir da análise documental de reportagens de jornais, com a utilização da técnica de análise de conteúdo temática. Os assassinatos de indígenas ocorreram em três locais distintos: aldeias, cidades e fazendas. O corpo mutilado de um indígena, oriundo de um confronto violento, demonstra a necropolítica de extermínio da etnia, cuja produção de conflitos territoriais envolve o contexto de luta pela regularização fundiária.

Palavras-chave:

Guarani, Kaiowá, necropolítica, agronegócio, violência.

Abstract:

In the geography of violence against the Guarani and Kaiowá in Mato Grosso do Sul there is a racist necropolitics of extermination and instrumentalization of life, administered by the state apparatus, ranchers and militias. The main objective of this text is to analyze the geography of violence through the murders of the Guarani and Kaiowá in Mato Grosso do Sul, based on the documental analysis of newspaper reports, using the thematic content analysis technique. The murders of indigenous people occurred in three distinct locations: villages, cities and farms. The mutilated body of an indigenous victim of a violent confrontation demonstrates the necropolitical extermination of the ethnic group, whose territorial conflicts involve the context of the struggle for land regularization.

Keywords: Guarani, Kaiowá, necropolitics, agribusiness, violence.

Resumen:

En la geografía de la violencia contra los guaraníes y kaiowá en Mato Grosso do Sul hay una necropolítica racista de exterminio e instrumentalización de la vida, administrada por el aparato estatal, los rancheros y las milicias. El objetivo principal de este texto es hacer un análisis de la geografía de la violencia a través de los asesinatos de los guaraníes y kaiowá en Mato Grosso do Sul, a partir del análisis documental de las noticias de los periódicos, utilizando la técnica de análisis de contenido temático. Los asesinatos de indígenas se produjeron en tres lugares distintos: pueblos, ciudades y granjas. El cuerpo mutilado de un indígena víctima de un enfrentamiento violento demuestra el exterminio necropolítico de la etnia cuyos conflictos territoriales se enmarcan en la lucha por la regularización de la tierra.

Palabras-clave: Guaraní, Kaiowá, necropolítica, agroindustria, violencia.

Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012) o estado de Mato Grosso do Sul tem uma população de 73.295 indígenas. Estes se encontram distribuídos em oito povos¹ (SESAI, 2012). Atualmente, 43 mil Guarani e Kaiowá residem no sul do estado, em uma região fortemente marcada pela economia do agronegócio (IBGE, 2010). Estes povos, desde a criação das primeiras Reservas no estado, no início do século XX², presenciaram o avanço do capital agrário na região, sendo confinados, de forma forçada, em microterritórios, convivendo, desde então, com uma realidade marcada e impactada pela violência e conflitos.

Dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI (2019) revelam que 447 indígenas foram assassinados em Mato Grosso do Sul, entre 2003 e 2018. No mesmo período, o Brasil registrou 913 destes casos. O estado da região Centro-Oeste acumulou 49% das mortes de indígenas do país no período citado e lidera o *ranking* de assassinatos do CIMI nestes 15 anos analisados pela entidade. Os números de Mato Grosso do Sul impressionam quando comparados aos estados que aparecem em sequência na lista. O estado da Bahia, segundo em número de assassinatos, registrou 58 casos no período, número quase oito vezes menor que o apresentado pelo estado sul-mato-grossense, seguido por Maranhão registrou 52 assassinatos, Amazonas 47 e Roraima 35.

¹ Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié, Guató, Atikum e Kamba.

² Reserva Indígena de Dourados, criada em 1917; Reserva Indígena de Caarapó, criada em 1924; e, Reservas Indígenas de Limão Verde, Japorã, Taquapery e Sessoró, criadas em 1928.

Ainda de acordo com os dados dos relatórios do CIMI (2019), do total de indígenas assassinados em Mato Grosso do Sul, 411 eram Guarani e Kaiowá. Representando 92% das mortes no estado e 45% das mortes do país. Esses números impactam ainda mais quando analisadas as taxas de homicídio apresentadas entre os Guarani e Kaiowá. Em 2010 a Taxa de Mortalidade (TM) da Reserva Indígena de Dourados era de 145 para cada 100 mil habitantes. De forma comparativa, os conflitos no Iraque no mesmo ano, produziram uma taxa de 93. Neste mesmo ano a TM média no Brasil foi de 24,5, de forma que o número apresentado pela Reserva foi 465% maior (CIMI, 2011).

Segundo dados oficiais, de 2012 a 2014 a Taxa de Homicídios (TH) apresentada pelos indígenas de Mato Grosso do Sul foi de 55,9 para cada 100 mil habitantes. Entre os indígenas da Reserva Indígena de Dourados a TH no mesmo período foi de 101,1, número quase 400% maior comparado aos dados referentes aos indígenas que vivem nos demais municípios do estado (Ministério Público Federal, 2019). Em 2016 a TH foi de 30,3 no Brasil, 25 em Mato Grosso do Sul e de 31,6 na cidade de Dourados-MS. Estes números podem indicar um quadro de “genocídio” (CLASTRES, 2004) desses povos pelo processo histórico de territorialização de violências, de conflitos, de confrontos e violações de direitos humanos, em múltiplas escalas, como nas cidades, nas Reservas, nas fazendas, nas casas, nas rodovias, nos acampamentos, nas retomadas de territórios, dentre outros espaços habitados ou por onde transitam os Guarani e Kaiowá no sul do estado.

A concentração fundiária, a exploração ilimitada da natureza e a produção econômica do espaço agrário brasileiro-latino-

americano são caracterizadas por relações de poder que primam historicamente pela violência genocida contra povos indígenas:

Se o termo genocídio remete à idéia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. (CLASTRES, 1980, p. 83).

Atualmente, as ações do Estado brasileiro e do capital, em sua versão neoliberal, têm por objetivo o desmonte, o retrocesso e a retirada dos direitos territoriais indígenas. Isso tem acentuado ainda mais a violência no campo do Estado, de mineradoras, de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e grileiros contra os povos indígenas. Na territorialização do agronegócio corporativo, do governo biopolítico e da gestão necropolítica, os povos indígenas tornaram-se alvos de um biopoder genocida que define quem deve “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2004; 1999).

O Estado neoliberal, por meio de sua necropolítica de “deixar morrer” produz grande parte dos meios que permitem este processo de extermínio. Desde suas práticas “integralistas” ou até mesmo pela incapacidade de fornecer assistência de qualidade e de forma igualitária às comunidades indígenas. A falta de políticas públicas de qualidade, de atenção por parte da Justiça às questões de demarcação de terras e as condições de pobreza/vulnerabilidade e

insegurança em que se encontram a maioria das comunidades do sul de Mato Grosso do Sul, representam a forma racista, violenta e negligente como o Estado lida com a questão indígena.

Para Mbembe (2011), filósofo e pensador camaronês, a necropolítica, isto é, política de morte, atualiza o genocídio, etnocídio e o ecocídio contra os povos indígenas, pois implica o biopoder de comandar quem deve viver e quem deve morrer. Diante da tentativa de banalização da violência contra as minorias, as ações das milícias, dos fazendeiros e do Estado produzem pânico e assassinatos nas áreas de retomadas de territórios e de antigos tekoha onde vivem os Guarani e Kaiowá. Não faltam imagens e vídeos feitos pelos celulares dos próprios indígenas que denunciam o crescimento da violência de Estado nos territórios tradicionais. Estudiosos dos direitos humanos afirmam que os povos Guarani e Kaiowá vivem uma crise humanitária, bem como, um das piores condições de violência. A necropolítica, no entanto, não é recente para os povos Guarani e Kaiowá, mas tem na gestão e nos mecanismos racistas do atual governo brasileiro a exacerbação do seu ataque contra essas minorias.

Diante deste contexto, este artigo tem por objetivo analisar, os dados obtidos junto à mídia digital, dos assassinatos de indígenas no Mato Grosso do Sul. A coleta realizada diretamente dos portais de notícias *on-line* revelou um conjunto de dados bastante amplo, mesmo que, por vezes, sensacionalista e reducionista, quanto às causas da frequente violência envolvendo os Guarani e Kaiowá. Este estudo se concentrou em caracterizar os assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul, por meio de casos notificados em reportagens de jornais de circulação local e regional. Buscou-se, ainda, identificar

quais representações acerca de violência e resistência estes corpos assassinados, violentados e ultrajados carregam, a fim de levantar como os mecanismos necropolíticos (MBEMBE, 2011) atuam sobre as vidas e os corpos dos Guarani e Kaiowá.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa se baseou no método qualitativo da análise documental de reportagens de jornais *on-line*, que consiste em retratar a fonte original, permitindo a localização, identificação, organização, bem como, a avaliação das informações registradas no documento, além de oportunizar uma caracterização dos fatos em determinados momentos, que são ancorados histórica e socialmente e refletem ainda, aspectos da vida social de determinado grupo (MOREIRA, 2005).

Neste sentido, a coleta de dados foi realizada em jornais de circulação *on-line* do estado de Mato do Grosso do Sul, com a utilização dos seguintes descritores: **assassinato índio, assassinato indígena, assassinato Guarani, assassinato Kaiowá, assassinato aldeia, e, assassinato Reserva Indígena**, no período que compreende fevereiro a agosto de 2019. Em um primeiro momento foram resgatadas 19.266 reportagens, utilizando os critérios de exclusão, que consistiam em selecionar apenas reportagens que atendiam ao foco do estudo “assassinatos de indígenas” e excluindo os casos repetidos, a amostra foi composta por 185 reportagens que

comunicavam 199 registros de assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul, veiculados por 14 jornais³.

O instrumento utilizado para a coleta consistiu em uma planilha previamente construída pelos pesquisadores, com os seguintes itens: jornal/fonte, data do registro, número de casos por notícias, município em que o evento ocorreu, localidade específica do caso (aldeia, fazenda ou cidade), etnia da vítima, descrição detalhada da morte, idade e sexo da vítima. Também foram levantadas informações acerca da autoria do assassinato (indígena ou não indígena, parentesco e vínculo com a vítima) além do *link* de acesso da notícia quando estas informações estavam disponíveis na reportagem.

Os dados foram analisados à luz da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2008) que propõe uma sistematização do conteúdo das mensagens e indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens, compreendendo, basicamente, três etapas: a) pré-análise: fase da organização propriamente dita, de constituição dos materiais; b) exploração do material: consiste em codificar, decompor ou enumerar as mensagens, em função de regras previamente formuladas, para a representação do conteúdo; e, por fim, c) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação: fase em que operações estatísticas simples permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas e figuras, que esquematizam as informações resultantes da análise.

³ O Progresso, Correio do Estado, Dourados News, Midiamax, Dourados Agora, Diário Digital, Campo Grande News, Folha de Dourados, Douranews, MS em Foco, Top Mídia News, Fátima News, Amambai Notícias e Conesul News.

Geografia da violência dos Guarani e Kaiowá

Antes mesmo da apresentação dos resultados, vale refletir juntamente com Moreira (2005) que os documentos manifestam a força de quem exerce o poder. Não são, portanto, produções neutras, traduzem a leitura e interpretação do vivido por um grupo de pessoas em determinado espaço histórico e social.

Quanto às cidades onde estes assassinatos ocorreram, a cidade de Dourados apresenta 50% dos casos, com 100 notificações, compreendendo mais da metade dos casos identificados. Amambai aparece em seguida com 14% (n= 28) dos casos, e Caarapó com 12% (n= 24) dos casos. Outros municípios foram citados com menor frequência: Paranhos, Tacuru, Aral Moreira, Japorã, Bodoquena, Coronel Sapucaia, Juti, Laguna Carapã, Antônio João, Iguatemi, Maracaju, Itaporã, Ponta Porã, Douradina Brasilândia, Sidrolândia e Eldorado.

Quando as reportagens informavam a localidade específica onde os assassinatos ocorreram, é possível caracterizar três locais distintos: nas aldeias, nas cidades e nas fazendas. Dos 100 casos identificados no município de Dourados, a maior frequência dos registros encontra-se nas Aldeias Bororó, 55% e Jaguapiru, totalizando 26%. Estas aldeias integram a Reserva Indígena de Dourados. Na cidade de Dourados foram identificados 7% dos casos. Nos 12 casos restantes no município, a reportagem não informou a localidade específica em que a morte ocorreu.

Com relação à etnia das vítimas, a ausência dessa informação junto aos jornais tem muito a dizer. Em 93% (n= 186) das reportagens, não há o registro da etnia do indígena assassinado. O

que ocorre em apenas 7%, sendo que 13 casos informavam que a vítima pertencia à etnia Guarani-Kaiowá e dois casos à etnia Terena. Diante deste fato, é possível refletir sobre como a mídia representa os indígenas, desconsiderando o seu pertencimento a um grupo étnico, e agrupando todos os indígenas em uma categoria genérica de “índio”.

É importante assinalar que os jornais eletrônicos regionais que foram fontes de informações, em sua maioria, são pertencentes a grupos hegemônicos ligados, direta ou indiretamente, ao agronegócio. Por isso, nas notícias pesquisadas o “indígena genérico” – sem pertencer a um grupo étnico, portanto, sem território, sem lugar – é representado ao leitor como “violento”. Muitas reportagens creditam tal violência ao consumo de álcool e drogas por parte dos indígenas, os culpabilizando pelo contexto conflituoso em que vivem, assim como, pelas ocorrências de confrontos e derramamento de sangue que estão envolvidos. Também se identificou em algumas reportagens a exposição de fotos dos corpos violentados, decepados e ensanguentados dos indígenas assassinados. Isso demonstra o sensacionalismo midiático diante do genocídio.

Esse corpo indígena é representado pelos jornais como sem valor, sem pertencer a um grupo étnico, sem território, sem dignidade. No entanto, por mais que a mídia branca e hegemônica regional não identifique a etnia dos indígenas assassinados, a grande ocorrência de mortes em municípios, aldeias e fazendas no sul do estado, onde há predominância dos Guarani e Kaiowá, permite denunciar o genocídio sofrido por estes povos e de como seus corpos tornam-se banalizados diante do “Estado de exceção” (AGAMBEN, 2004), governo bio/necropolítico (FOUCAULT, 2004; MBEMBE,

2011), da sociedade capitalista do agronegócio “neoextrativista” (SVAMPA, 2019) e da lógica neoliberal de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004).

Quanto ao sexo das vítimas, identificou-se que a grande maioria dos registros de assassinatos era de homens, perfazendo um total de 83,5% (n= 166). As reportagens evidenciaram que em 16% dos registros (n= 32) era de mulheres, sendo que em apenas um caso (0,5%) não foi informado o sexo da vítima. Identificaram-se casos de feminicídio em cinco casos, sendo que em quatro deles a mulher indígena foi morta pelo companheiro ou ex-companheiro e em um caso a vítima foi morta após tentativa de estupro no interior da aldeia:

Mulher de 35 anos morre após ser espancada pelo marido em Amambai [...]. À Polícia, [o autor] disse que agrediu a esposa porque ela estava o traindo. (Campo Grande News, 09/12/2013).

Em relação à idade das vítimas, os números apresentam uma grande variação etária. A vítima mais jovem possuía três anos de idade, enquanto a mais velha apresentava 90 anos. Constatou-se que em 22,6% dos casos (n= 45) as vítimas eram crianças e adolescentes, com idades variando entre 10 a 19 anos. A faixa etária de 20 a 29 anos representa 21% dos casos (n= 42), seguido dos casos com faixa etária entre 30 a 39 anos, retratando 20,6% dos casos (n= 41).

Em síntese, as mortes apresentaram as mais variadas causas ou motivações, compreendendo desde roubos seguidos de morte, discussões familiares, brigas, vinganças, até mortes por

motivos fúteis. Cabe a discussão acerca das mortes por motivos fúteis, uma vez que, tais mortes expõe a banalização da vida presente nos assassinatos da população indígena.

Antes de ser assassinada, a vítima foi espancada. Dois suspeitos foram identificados pela polícia. *Eles ainda roubaram a bicicleta de Maurício e a carteira com documentos e R\$ 100 em dinheiro.* (O Progresso, 05/03/2017) [grifos nossos]

O homem confessou e disse à polícia *que matou porque a vítima teria furtado dele um aparelho de DVD.* (O Progresso, 08/07/2013) [grifos nossos]

Indígena é morto a facadas ao discutir com homem *por dívida de R\$ 10.* (Campo Grande News, 04/02/2017) [grifos nossos]

Depois de detida por lideranças indígenas, *ela contou na delegacia que matou a vítima porque não gostava dele [...]* Ela estava embriagada e não soube explicar ao certo os motivos. (Dourados Agora, s/d) [grifos nossos]

Algumas matérias relacionam os assassinatos a brigas, participações em festas e confusões em bares. O discurso do álcool como “motivador” da violência nas aldeias está presente em 21% dos casos relatados, em que a matéria de jornal relacionou o assassinato e o contexto de violência ao uso de álcool e presença em bares por parte dos indígenas. Este discurso que parte da mídia branca e elitista procura atrelar a imagem do indígena como sujeito que faz uso e abuso de álcool, e, por isso, “sendo violento”, produz toda a violência no contexto ao qual está inserido. O que pode ser uma

estratégia midiática, representar esse grupo social como violento para fazer com que o leitor acredite que todo o contexto-cenário de mortes e assassinatos desses povos é fruto das ações dos próprios indígenas.

Bebedeira em aldeia termina com morte de indígena. (Campo Grande News, 09/02/2011) [grifo nosso]

Segundo informações da polícia, ela e a filha, Rosana Romeiro, 23 anos, estavam *bebendo cachaça* com mais algumas pessoas, quando começou a briga entre Felícia e a outra integrante do grupo. (Correio do Estado, 07/05/2011) [grifos nossos]

De acordo com informações da Polícia Civil, ontem à noite Rita e o genro *estavam bebendo pinga* no local. Segundo o site Dourados Agora, o principal suspeito é o genro da vítima, que está foragido. (Campo Grande News, 14/02/2013) [grifos nossos]

Moradores da região disseram que Lauro era alcoólatra e passou a tarde bebendo nas proximidades do local onde foi assassinado. (Campo Grande News, 17/01/2011)

O enredo de alguns assassinatos não informava o uso e abuso de álcool, mas situações que se pode inferir a presença do “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2018), pois as vítimas não haviam feito uso de bebidas alcoólicas, não possuíam desafetos, muitas delas foram atacadas e mortas em situações cotidianas comuns, como voltando da igreja.

Diante deste caso, verificamos que lugar é dado à vida indígena diante dessa política de morte adotada pelo Estado (MBEMBE, 2011). No poder de gestão racista do necroEstado sobre as vidas, os corpos indígenas parecem sacrificáveis. Para Mbembe (2011) a necropolítica é a forma de construir parâmetros em que a submissão da vida pela morte está autorizada. Nessa perspectiva, a necropolítica não ocorre somente por meio de uma instrumentalização da vida, mas, também, pela destruição dos corpos. É fazer morrer e, não “somente”, deixar morrer. Mbembe amplia, com isso, o conceito de biopoder de Foucault, que consiste em gestão de morte, do fazer viver e deixar morrer. Esse poder de morte, esse necropoder, é um elemento do racismo estrutural no capitalismo neoliberal contemporâneo, atuando por meio de mecanismos e tecnologias de gerenciamento de morte, por forças ou poderes policiais, de milícias e do agronegócio sobre povos e territórios indígenas.

Segundo a esposa do índio ele *era religioso, não bebia e nem tinha desafetos*, além de já ter sido capitão em uma aldeia de Caarapó e Conselheiro Indígena na aldeia Jaguapiru. (Dourados News, 31/03/2005) [grifos nossos]

Ela diz desconhecer os motivos do crime, já que Anderson *era considerado um jovem exemplar. Ele não bebia, era estudioso e participava da escolinha de futebol da Reserva*. Seu sonho era jogar no Santos, seu time do coração. Todo mundo gostava dele, afirmou a mãe. (Dourados News, 25/05/2007) [grifos nossos]

Outro dado que se procurou resgatar nas reportagens foi o autor do assassinato. No entanto, vale destacar que em 76% das reportagens (n= 152) não havia a informação sobre o autor do crime. Em 20% dos registros (n= 40) o assassino era identificado como um indígena, sendo que destes, 65% (n= 26) informavam que o assassino seria um parente ou familiar da vítima, demonstrando como a violência se insere até mesmo no núcleo familiar.

Em 4% dos casos (n= 7) o autor foi identificado como não indígena. Entre estes não indígenas as notícias apontam pistoleiros, policiais, fazendeiros, filhos de proprietários de fazenda e agricultor como autores dos assassinatos, personagens presentes nos conflitos e confrontos na luta pela terra que os indígenas, principalmente os Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, estão inseridos e vivenciam.

Atores como os policiais, responsáveis pela morte de um índio Terena no município de Sidrolândia durante reintegração de posse em fazenda, demonstra de forma evidente a relação Estado-Capital Agrário que, unidos, exercem o poder necropolítico diante das vidas e corpos indígenas (Correio do Estado, 31/05/2013). Esse caso evidencia claramente o Estado enquanto protetor da propriedade privada por meio de seus dispositivos de segurança em detrimento de vidas indígenas, corpos sem valor ao Estado e ao Capital.

Outro exemplo emblemático da atuação do mecanismo necropolítico encontrado nas notícias analisadas relata sobre o ataque a um acampamento indígena em Paranhos, em 2009, em que dois Guarani e Kaiowá foram mortos. O acampamento de retomada em área de uma fazenda foi atacado por homens armados. Entre os réus suspeitos de organizar o ataque, além dos filhos do proprietário

da fazenda, havia um vereador da cidade que também exercia o cargo de presidente do Sindicato Rural de Paranhos e um ex-candidato ao cargo de prefeito da cidade. O caso apontava indícios do uso de um veículo oficial da Prefeitura Municipal da Cidade de Paranhos para o deslocamento do grupo que proferiu o ataque (Douranews, 23/01/2012). Esse caso expõe mais uma vez a relação do Estado, por meio de seus sujeitos, como o vereador, e até de seus bens, como o carro de uso oficial da Prefeitura de Paranhos, com o Capital Agrário em Mato Grosso do Sul na política de fazer morrer os Guarani e Kaiowá.

Na linha de frente dos conflitos fundiários no sul do estado, os Guarani e Kaiowá, se veem em desvantagem diante do poder de políticos, fazendeiros e do Estado. Com isso, vemos como o mecanismo necropolítico atua, onde um povo inteiro se encontra desassistido e, em constante ameaça nos mais variados contextos, deixados para morrer. Neste cenário, nem crianças, nem mulheres e nem idosos estão livres desta política da morte, como os dados etários identificados por este estudo.

A leitura de um número tão grande de casos de assassinatos de indígenas permite perceber sutilezas nos discursos dos veículos midiáticos enquanto comunicadores e expositores destas mortes. Pode-se pensar a relação que muitos jornais em Mato Grosso do Sul são de grupos ligados ao agronegócio no estado, o que pode mascarar, alterar ou omitir informações. Aqui, retoma-se o argumento de Moreira (2009) sobre a produção de documentos, que manifestam a força de quem exerce o poder, traduzindo a leitura e interpretação do vivido por um grupo de pessoas em determinado momento histórico e social. Para exemplificar, um dos jornais relata um conflito por

terra, que gerou o assassinato de um indígena Guarani e Kaiowá. A reportagem identifica o indígena, porém, não relata o nome da propriedade em que ele foi morto, muito menos o nome do seu proprietário.

A identificação do índio assassinado a tiro *em confronto com fazendeiros pela disputa de terras, ontem (29), no município de Antônio João*, foi confirmada pela Polícia Civil. Trata-se de [Nome do Indígena], 24 anos, da etnia Guarani-Kaiowá. Segundo apurado por autoridades policiais, ele bebia água em córrego próximo da área quando foi atingido com um tiro na cabeça. (Correio do Estado, 30/08/2015).

A forma do morrer, como se comunica essa morte, e ainda, como se lida com a mesma, expõe a atuação dos mecanismos necropolíticos como na disputa/controle dos recursos naturais como a água. Este necropoder é exercido das mais variadas formas em uma matéria jornalística. Em alguns casos até o próprio senso ético é deixado de lado, dando lugar ao sensacionalismo.

Buscou-se também caracterizar os assassinatos, em relação à utilização ou não de objetos que ajudaram a ocasionar a morte das vítimas. Assim, chama atenção a alta frequência de mortes cometidas com o uso de armas brancas, sendo 121 registros, perfazendo um total de 61% dos casos. Dos quais, os objetos mais utilizados foram facas ou facões (algumas do corte da cana), representado 83% dos casos identificados (n= 101). Outros objetos de armas brancas também foram notificados nas reportagens, contudo, em número bem inferior: foice (objeto tradicional de uso e cuidado da

terra), 12% (n= 15); enxadas em dois casos (2%), machado e pá, ambos com um caso (1,5%). Pode-se inferir que utensílios de uso doméstico e rural são usados como “armas” para tirar a vida.

As armas de fogo representam 13,5% dos casos, com 27 mortes. Algumas das mortes causadas por armas de fogo foram realizadas por proprietários de fazendas e pistoleiros. Cabe a ressalva, que alguns destes crimes cometidos por armas de fogo foram cometidos por não indígena.

As mortes realizadas por “objetos diversos” correspondem a 10,5% dos casos (21 mortes). Nesta categoria se enquadram as mortes em decorrência de deferir pauladas (17 casos, 81%), pedradas (três casos, 14%), e até mesmo o uso de tijolo (um caso, 5%).

As mortes cometidas por meio de espancamento e estrangulamento representam 8% (n= 16) dos casos. Nesta categoria, o meio utilizado como “arma” para levar a morte é apenas a força do próprio corpo. E por fim, em 7% dos casos (n= 14) as notícias não relatavam de forma específica o meio utilizado para cometer o assassinato.

A lógica da adaptação e familiarização com a violência por parte dos indígenas residentes nas Reservas, e a produção destes “corpos violentos”, também pode ser vista nos casos de assassinatos por pauladas, pedradas e tijolo, objetos que, embora não possua em sua constituição o objetivo de serem usados como armas, nem mesmo apresentando partes cortantes, mas que foram utilizados como utensílios de agressão eficazes, resultando em homicídios.

Nota-se essa agressividade ainda nos casos de espancamentos e estrangulamentos. Estas mortes expõem como a violência presente nas Reservas se instaura a ponto de que a

necessidade de matar supere o fato de o agressor possuir ou não uma arma ou algum objeto que possa transformar em uma. Elucida a violência presente nos microconflitos ocorridos no interior das Reservas. A força física e “esforço” exigido do agressor para concluir o crime são altos, sendo que somente a força e impactos do seu corpo que resultarão na morte da vítima. Este tipo de agressão demonstra como estes corpos violentados das mais diversas formas no seu dia-a-dia já carregam a violência e agressividade “enraizadas”, atravessadas e interiorizadas em si. Aqui a “arma” é o próprio corpo. Corpo matando corpo. Um corpo indígena matando outro corpo indígena.

Os casos demonstram a violência sofrida pelos Guarani e Kaiowá, revelada pelos ferimentos nos corpos das vítimas e também nos artefatos usados para concretizarem tais mortes. É importante ressaltar que toda esta produção de conflitos violentos e de corpos ultrajados se dá fora de um contexto de “guerra”, como da guerra contra o tráfico de drogas e armas ou das guerras entre facções e narcotraficantes. Cabe também a observação de que embora os conflitos fundiários também causem mortes entre os indígenas, estes conflitos representam mais uma das frentes que atacam contra essas vidas, sendo o processo do genocídio muito mais profundo e sofisticado, de forma a produzir corpos violentos entre os próprios indígenas, em que a violência se institucionaliza nas microrrelações e microconflitos.

Corpos indígenas violentados

O cenário de mortes violentas da população indígena em Mato Grosso do Sul se instaura não só no número de casos de

assassinatos entre estes, mas também é grafado nos corpos. Com isso, analisou-se também, além do quantitativo dos casos de assassinatos, a violência presente e manifestada por meio dos ferimentos nos corpos, com base nas descrições apresentadas nas reportagens dos jornais. Dos 199 casos registrados, em 147 foi possível identificar os ferimentos que levaram as vítimas a óbito, isto é, as regiões corporais atingidas.

A maioria dos ferimentos se localizou na cabeça, o que corresponde a 31%, seguido dos ferimentos no tórax/peito (19%) e pescoço (17%). Outras regiões corporais também aparecem nos registros, como costas, abdômen, membros superiores e inferiores, mas com um número menor de ocorrências.

Observa-se que, em muitos casos, o corpo da vítima apresentava muitos sinais de violência, expondo a agressividade dos golpes. Corpos com diversas perfurações de facas, cortes profundos nos pescoços, cabeça e rostos desfigurados. Além da morte, se vê o flagelo do corpo, a mutilação mesmo após a morte.

Ainda há também muitos casos em que o rosto da vítima foi o principal alvo dos golpes, de forma que muitos apresentavam os rostos desfigurados. O que pode sinalizar uma tentativa de apagar, destruir e desfigurar os traços únicos da fisionomia do rosto Guarani e Kaiowá. A face do corpo que resiste quando é desfigurada carrega um grande peso simbólico. Esses corpos assassinados evidenciam um “apagamento cultural”. Extingue-se liberações políticas e religiosas, culturas nativas, memórias, mitos, línguas e histórias indígenas que fazem parte das territorialidades. Essa desfiguração dos corpos leva a um “apagamento cultural” pela não continuidade de saberes e epistemes para os mais jovens sobreviventes. A mutilação do rosto

demonstra o epistemícidio decorrente de uma política etnocida e genocida do Estado e a permanência da colonialidade de matriz de poder racista e que enfraquece, por um lado, assim, a conexão desses corpos como o seu território.

Atenta-nos também em como a violência presente em alguns destes conflitos se Reserva para além da morte da vítima, mas também na necessidade de se descaracterizar e desfigurar o corpo muitas vezes já morto. O corpo da vítima pode servir como uma espécie de “expiador” da violência que se encontra reprimida no corpo que convive com ela diariamente. Corpos mortos que carregam uma carga altíssima de violência, agressividade e golpes grafados em si. Isto demonstra como esta lógica se apropria e transforma o corpo indígena. Um corpo que se nega a se submeter aos dispositivos de controle da biopolítica que regem a modernidade capitalista, então é desapropriado de si, e passa a ser regido pela necropolítica.

Na cultura Guarani e Kaiowá não se pode pensar o corpo sem o *tekoha*. Terra e corpo são um só, e quando um destes é atacado, o equilíbrio se desfaz. Quando, aos Guarani e Kaiowá, é negado o direito sobre o seu *tekoha*, onde o seu corpo pode praticar o *teko*, este corpo perde a referência de ser. Uma vez perdida esta referência, e diante de uma cultura branca que, cada vez mais suprime e ataca as culturas tradicionais, este corpo se vê perdido em significações, o que reflete na desestruturação de sua cultura e tradição. Uma vez destituídos de seu modo de ser, tais corpos agora “vazios” são alimentados pelos problemas que as Reservas, criadas pelos brancos e cercadas pelas cidades brancas, apresentam: álcool, drogas, violência. Violência auto e heterodirigida. Um mecanismo cruel e que aos poucos derrama o sangue Guarani e Kaiowá.

Necropolítica de Estado e genocídio programado dos Guarani e Kaiowá

Diante destas considerações, é possível traçar como ocorrem os mecanismos de extermínio, bem como, como estes atuam nas aldeias do sul de Mato Grosso do Sul, onde habitam os Guarani e Kaiowá. Esses povos defendem a sua existência enquanto grupo étnico e lutam contra o genocídio do Estado de Exceção, governo bio/necropolítico e da sociedade capitalista do agronegócio.

Neste sentido, cabe ilustrar como alguns dos mecanismos de controle do Capital, principalmente, introduzidos pelo Estado que serve a lógica liberal, acabam tendo a sua aplicação dificultada ou impedida nas aldeias, muito devido aos indígenas que lutam para ver o mundo e organizar suas sociedades segundo sua cosmovisão.

Foucault (1999), no contexto europeu, apontou a distribuição das “cidades operárias” como um mecanismo de controle do Capital sobre os corpos dos trabalhadores, de forma que:

[...] articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). (FOUCAULT, 1999, p. 299).

Essa organização de sociedade controlada é dificultada nas aldeias, porque a distribuição das moradias não segue a lógica das cidades brancas. As moradias não têm padrão de distribuição, não possuindo ruas padronizadas e nem mesmo uma rede de saneamento

e distribuição de água. Muitas moradias, nem mesmo possuem cômodos. Estes mecanismos de controle geográfico do Estado, portanto, não atuam no interior das aldeias.

Outra situação interessante que ocorre nas aldeias é referente ao controle pela polícia. A Polícia Militar, dispositivo direto de repressão e imposição de força, principalmente do Estado brasileiro, por lei não pode atuar nas áreas de Reserva Indígena, que são áreas federais. A segurança pública, portanto, nestas localidades ficam a cargo da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, que salvo casos em que a justiça decreta a permanência destas forças nas Reservas, não fazem ronda ostensiva e cotidiana nestas localidades. Dessa forma, o controle repressivo do Estado não atua diretamente nas aldeias, como ocorre, por exemplo, nas favelas e comunidades periféricas.

A ausência do Estado nas aldeias por meio de políticas de segurança pública, inclusive, ocasiona na formação de milícias de justiceiros que buscam fazer justiça com as próprias mãos em busca de manter a ordem social e segurança no interior das aldeias. Em 2014, uma dessas milícias de justiceiros levou a óbito um menino de 14 anos na Reserva Indígena de Dourados, causando revolta entre os moradores. Após o caso da morte do menino, muitas denúncias de abuso, torturas e agressões contra os moradores da Reserva por parte dos milicianos foram realizadas.

A Polícia Civil foi ao local, acompanhada de quatro viaturas da Força Nacional, e tomou diversas medidas preventivas para conter a população que ficou extremamente revoltada pela insegurança causada pela falta de apoio policial. Segundo os moradores, de forma

violenta e autoritária, os ‘seguranças’ fazem revista, blitz e agridem aqueles que não obedecem às leis da comunidade, ditadas pelos próprios justiceiros que foram formados sem qualquer aceite da comunidade, segundo disseram os moradores. *Trajando colete de segurança, cassetete e armas, eles se defendem afirmando que apenas fazem o trabalho que é dever da Força Nacional que está sendo paga para ajudar na segurança dos indígenas. Líderes indígenas, que também pediram anonimato, disseram que “se a Força Nacional fizesse um trabalho ostensivo e preventivo, talvez isso não tivesse acontecido”.* (O Progresso, 08/09/2014) [grifos nossos].

O extermínio dos Guarani e Kaiowá ocorre por meio de uma espécie de genocídio programado, no qual pode se considerar seu início, com a criação das Reservas Indígenas no sul do estado de Mato Grosso do Sul no início do Século XXI.

Este genocídio programado se mostra, principalmente, em políticas de Estado e também nos dispositivos de mercado. Esta aliança Estado-Capital não vendo subsídios em um povo tradicional que não se volta à lógica produtivista e mecanicista imposta pelo branco, e, ao contrário, se afirma em suas tradições e modo de ser, somado ao fato da dificuldade de seus dispositivos de controle serem aplicados a este povo, reservam, então, aos Guarani e Kaiowá práticas necropolíticas, criando todas as condições necessárias para o “deixar morrer” deste povo. Um grupo no qual as estruturas de poder reservam a morte, por apenas ser quem são, afirmando o que Mbembe (2011, p. 21) aponta ao dizer que “em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico”.

Perpendicular ao genocídio e sofrimento de tais povos tradicionais, se vê o avanço e ameaça cada vez maior do agronegócio diante de terras e comunidades indígenas em Mato Grosso do sul. No entanto, os Guarani e Kaiowá carregam em seus corpos a mais orgânica resistência contra as práticas necropolíticas de que são alvos há mais de um século. As políticas de confinamento, não demarcação de territórios, criminalização e perseguição política do Estado brasileiro tornam o *tekoha*, antes sagrado e pacífico, atualmente, em berço de violência e de derramamento de sangue. O *tekoha* que antes abrigava em seu solo o alimento e todo o modo de vida Guarani e Kaiowá, além de receber seus corpos após a boa morte, hoje recebe veneno oriundo dos pesticidas das lavouras vizinhas, sangue proveniente de conflitos e abriga corpos dilacerados após mortes em contexto de violência.

Passados quase cem anos da criação das Reservas, os elevados índices de assassinatos, além do cotidiano de consumo de álcool e drogas por parte dos indígenas, fazem com que o próprio Estado e a mídia burguesa tratem das Reservas Indígenas como um local “violento”. Estigmatizando o *tekoha* como este local violento, estigmatiza-se também o índio como violento, como um corpo violento e indisciplinado, selvagem que deve ser “civilizado” como propalado pelos discursos e práticas racistas.

O discurso midiático acessado por esta pesquisa, em muitos momentos, responsabiliza o indígena e as aldeias pela realidade de violência, pobreza e conflito que vivenciam. É notório também, como muitas das notícias analisadas fazem referência ao uso do álcool como responsável direto pelas brigas e assassinatos. A construção

desse estigma se intensifica quando números elevados de assassinatos se concretizam no interior das aldeias.

Na constituição das aldeias, que suprime os indígenas em meio ao agronegócio, o preconceito, pobreza, o descaso com os quais convivem cotidianamente, bem como, a desassistência por parte do Estado transformam as aldeias em um campo de conflitos, tensão e violência em que o álcool passa a ser apenas mais um dispositivo (ou detonador) de controle para possíveis corpos rebelados. Aqueles que não morrem assassinados, por desassistência ou suicídio, levam suas vidas no que Agamben (2004) chama de *sobrevida*. Com seu modo de vida (*teko*), suas produções e manifestações cada vez mais atacadas e suprimidas, muitas mulheres Guarani e Kaiowá não mais vivem enquanto indígenas no interior do *tekoha*, mas apenas sobrevivem.

Os assassinatos registrados entre os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul demonstram que este genocídio programado tem seus resultados. Mas quem mata? Quem é o algoz dos Guarani e Kaiowá? Os altos índices de assassinatos expõem que, quem é o agente que efetua esse genocídio são os próprios indígenas. Entre os casos de assassinatos chama a atenção para a alta quantidade daqueles que são provocados pelos próprios indígenas. Indígena matando indígena, no interior da Reserva criado pelo branco, não indígena. Este processo é bastante significativo. O Estado branco e capitalista criou pequenas áreas de território que realocou os indígenas após retirá-los de suas terras e os suprimiram nestas localidades, que embora aumente o quantitativo populacional no interior das Reservas, o mesmo não acontece com a extensão territorial.

A ausência de assistência e políticas públicas do Estado para com esses povos originários criou, neste um século de criação das Reservas, sociedades que reproduzem uma série de problemas, dentre eles, a violência. Os Guarani e Kaiowá são usados como instrumentos de seu próprio aniquilamento neste projeto de “deixar morrer”. O Capital e a mídia branca e hegemônica atribuem este contexto de violência como justificativa, ainda, hoje, da necessidade de “civilizar” o violento. Como os Guarani e Kaiowá, bravos guerreiros, resistem a todo processo de integração colonialista e moderna da sociedade (fazer o índio se tornar “branco” – etnocídio), usa-se do mesmo argumento para justificar então a necessidade de eliminar o “selvagem”.

Não precisa matar mais, se organiza uma sociedade em que os próprios alvos se matem e se destruam. Não precisa de uma guerra, como no período da invasão das Américas ou como ocorrem nas favelas e periferias. O combustível de expansão do capitalismo é toda e qualquer matéria e energia que se encontra em nosso planeta (LATOIR, 2004). No Mato Grosso do Sul o capitalismo explora a terra, tudo que é vivo e habita sua superfície, recursos naturais e, principalmente, corpos humanos indígenas e sua força de trabalho para produzir riqueza que será acumulada por fazendeiros, grandes corporações e o Estado.

Para os Guarani e Kaiowá a terra está ligada intimamente ao modo de viver e agir sobre o mundo. É no *tekohá*, território sagrado, que os indígenas podem exercer seu modo de vida, com suas crenças, costumes e organização da sociedade. Embora com o processo de colonização e cada vez maior contato com o homem branco e sua sociedade, língua, religiões, medicina e sistema

econômico, os Guarani e Kaiowá resistiram e resistem para manter viva e passar as novas gerações, toda sua cultura. Um povo que embora cercado e violentado pela cultura branca (igrejas no interior das aldeias, bares, álcool, circulação de drogas, músicas, arquitetura e língua “branca”), ainda assim, decidem lutar e praticar seu modo de vida.

Quando o capitalismo não consegue se apropriar de um corpo, ele então cria dispositivos e mecanismos que invalidam este sujeito, ou mesmo o destrói (PELBART, 2008). A cultura Guarani e Kaiowá cria corpos que fogem a esta lógica. E esta cultura resiste desde a invasão à América e a “colonialidade do saber e do poder” (QUIJANO, 2005) que persiste até a atualidade. O corpo Guarani e Kaiowá é produzido à margem do capitalismo. Embora no início do século XX muitos indígenas foram explorados pela companhia de erva-mate (Mate Laranjeira) que atuava no sul do estado, na década de 1990 muitos serviram a usinas de cana-de-açúcar da região, e nas últimas décadas outros foram transformados em empregados em lavouras e, principalmente, na construção civil, trabalhos “braçais”. Nesse sentido, esses povos originários são explorados pelo capital apenas como mão-de-obra barata. A manutenção da miséria social em áreas de Reservas indígenas produz um exército agroindustrial de Reserva ao sistema.

O corpo Guarani e Kaiowá é “perigoso” devido ao que carrega em si. A cultura, a cosmovisão e territorialidade do pluriverso indígena estão vinculadas a terra e ao seu uso sagrado. O Capital, destacando, principalmente, o agronegócio presente em Mato Grosso do Sul, vê a terra como meio de exploração e produção de riquezas. O corpo indígena é uma espécie de santuário, que permite ao indígena

a conexão com esta terra e também com seus antepassados que a ela já “retornaram”. A própria forma de cuidar deste corpo na cultura indígena é uma afronta às formas de cuidado do branco. Com uma medicina voltada em curar o corpo por meio da relação com a terra e o que esta produz, o índio usa de chás e uma infinidade de outros produtos e técnicas à base de ervas, raízes e frutos, ele dispõe de sua própria medicina e “ciência do curar”, e assumindo assim o lugar de dono de seu corpo e de sua saúde.

Foucault (1999) afirma que:

[...] a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores. (FOUCAULT, 1999, p. 302).

A resistência se dá ainda quando o indígena autoafirma o seu corpo com suas características e traços, sua cor, seu cabelo, religião, música, filosofia, ciência, episteme e língua. Todos esses aspectos culturais e étnicos resistiram à “colonialidade do poder e do saber” e ao “necrocapitalismo”. A vida do Guarani e Kaiowá é r-existência: resistir para existir enquanto modo de vida diferenciado e território ontológico. Essa forma de vida se coloca no enfrentamento e resistência de toda esta cadeia de poder colonial, racista/eticista, e de metabolismo social, produção de matéria e de energia, que fomenta sua morte e derramamento de sangue. Aqui a vida Guarani e Kaiowá representa o que Artaud chama de “genital inato”, onde o corpo enquanto hóspede de vida se coloca como “r-existente” diante de todos os mecanismos de biopoder, concretos e simbólicos, que buscam gerir e assumir o domínio dos corpos:

Trata-se de um corpo que tem a coragem de desafiar esse complexo sócio-político que Artaud chamou de juízo de Deus, e que nós chamaríamos de um biopoder, de um poder que se abate sobre nosso corpo (PELBART, 2008, p. 10).

O corpo Guarani e Kaiowá, nessa perspectiva, parecer ser uma ameaça à ordem territorial da propriedade privada e do corpo branco, cristã e heteronormativo. Dessa forma, pelo uso dos mecanismos já discutidos, tais corpos são submetidos a todo um contexto de violências como a física, a miséria e invisibilidade. Além disso, como acontecem com esses povos tradicionais, tais corpos são flagelados até no contexto de morte. Este flagelo é ainda mais emblemático e significativo quando um corpo indígena é flagelado por outro corpo indígena.

Considerações finais

Pode-se afirmar com este estudo que destruir o corpo Guarani e Kaiowá significa eliminar tudo o que ele representa e carrega em si. O corpo mutilado de um indígena, oriundo de um confronto violento, representa todo o projeto de extermínio da etnia, cuja produção de conflitos está inserida. Este extermínio não se dá apenas quanto a corpos, mas no extermínio da cultura, ritos, cantos e danças tradicionais, violação da terra sagrada e imposição da língua branca sobre a língua materna-indígena. Todos esses dispositivos da colonização e da colonialidade do poder e do saber aos poucos tornam toda uma cultura subalterna, ao passo de que a luta

pela r-existência (existir para resistir enquanto modos de ser indígenas, Guarani e Kaiowá) se torna cada vez mais intensa.

O Estado neoliberal, por meio de sua política de “deixar morrer” produz grande parte dos mecanismos necropolíticos que permitem este processo de extermínio. Desde suas práticas “integracionistas” ao modo de vida urbano-industrial e de um tipo de nacionalismo imposto, fechado e exclusivista territorialmente, até mesmo por meio da omissão, morosidade e negligência em fornecer políticas públicas específicas, assistência social de qualidade e de forma equitativa às comunidades indígenas. A falta de atenção por parte da Justiça com relação às questões de demarcação de Terras Indígenas e as condições de pobreza que se encontram a maioria das Reservas indígenas do sul de Mato Grosso do Sul representam a forma como o Estado lida com a questão indígena, ou seja, com descaso e abandono.

Diante deste contexto atroz, os Guarani e Kaiowá são corpos que r-existem. Esta resistência, no entanto, tem suas consequências. Apesar das matérias de jornais se mostrarem insuficientes em abordar a totalidade das informações, além de demonstrarem o exercício do poder hegemônico branco (como no exemplo evidenciado da relação de proteção do veículo de mídia em não relatar o nome da propriedade – e do proprietário – onde os indígenas foram assassinados), foi possível caracterizar um quadro: a geografia da violência dos assassinatos indígenas no Mato Grosso do Sul.

A amostra composta por 185 reportagens que comunicavam 199 registros de assassinatos permite afirmar que os assassinatos ocorreram em três locais distintos: nas aldeias, nas cidades e nas fazendas. Do total de casos identificados, 100 deles ocorreram no

município de Dourados, cuja maior frequência encontra-se nas Aldeias Bororó, com 55% e Jaguapiru, 26%. Estas aldeias integram a Reserva Indígena de Dourados. Observa-se que, em vários casos, o corpo da vítima apresentava muitos sinais de violência, expondo a agressividade dos golpes, que na maioria dos casos foi cometido pelo uso de armas brancas, sendo o rosto o principal alvo dos golpes, de forma que a maior parte apresentavam os rostos desfigurados. O corpo mutilado de um indígena, oriundo de um confronto violento, representa todo o projeto de extermínio da etnia, cuja produção de conflitos territoriais está inserida. O corpo indígena é representado pelos jornais como sem valor, sem pertencer a um grupo étnico, sem território e dignidade, permitindo denunciar o genocídio sofrido por estes povos e de como seus corpos tornam-se banalizados diante do Estado de Exceção, governo bio/necropolítico e da sociedade capitalista do agronegócio.

Diante da insegurança social e territorial que vivem, a territorialidade Guarani e Kaiowá é reelaborada nessa relação entre vida e a morte. Por mais que toda ação de violência tenha suas consequências negativas, podemos analisar esses casos de assassinatos com uma simbologia que mostra a resiliência desses povos, mesmo diante de uma luta tão desigual. Essa situação é distópica porque os mais afligidos pela violência arbitrária e cruel são, paradoxalmente, os que mais precisam se fortalecer com ela. E isso ocorre porque a catástrofe é vista como inevitável pela vulnerabilidade destes povos diante do governo bio/necropolítico do agronegócio. Mesmo assim, acabam utilizando a morte de seus parentes como saída à necropolítica indigenista. Em tempo de recessão democrática, de liberação do porte de armas e da incitação

aos assassinatos das minorias étnicas, é possível vencer a violência da extrema direita fascista. Os povos Guarani e Kaiowá demonstram que a necropolítica pode ser superada – e nunca será pelos assassinatos/genocídio – mas, sim, pelo luto. Lamentar as centenas de assassinatos é o mesmo que dizer que elas eram sim evitáveis, que o sofrimento é injusto e diante da calamidade da apologia à violência, da impunidade e negligência do Estado é lutar contra ela. Afinal, luto também é verbo para os Guarani e Kaiowá.

Referências

- ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2008.
- CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. *As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul e as resistências do bem viver por uma terra sem males*. Brasília, DF: o autor, 2011.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2018*. Brasília, DF: o autor, 2019.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1999.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. *Indígenas*. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2.html>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tenerife: Melusina, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Em entrevista coletiva MPF aborda situação precária da segurança pública em aldeias indígenas de MS*. 17 jun. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/em-entrevista-coletiva-mpf-aborda-situacao-precaria-da-seguranca-publica-em-aldeias-indigenas-de-ms>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

PELBART, P. P. Vida e morte em contexto de dominação biopolítica. *Instituto de Estudos Avançados (IEA) – USP*, 2008.

SESAI. *Plano Distrital de Saúde Indígena: 2012-2015*. Campo Grande-MS, 2012.

SVAMPA, M. *Neo-extractivism in latin america: socio-environmental conflicts, the territorial turn, and new political narratives*. New York: Cambridge University Press, 2019.

LATOURETTE, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

Submetido em: 12 de fevereiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 4 de outubro de 2021.

Aprovado em: 23 de novembro de 2021.

Como citar este artigo:

MONDARDO, M.; CHAPARRO, R. L.; STALIANO, P. GEOGRAFIA da violência dos Guarani e Kaiowá: assassinatos, localidades e necropolítica. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 545-579, Jan.-Jun./2021.